



PROCESSO Nº : 16.558-1/2017 (AUTOS DIGITAIS)
ASSUNTO : REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA
UNIDADE : PREFEITURA MUNICIPAL ROSÁRIO OESTE
RESPONSÁVEL : JOÃO DA SILVA BALBINO (PREFEITO)
RELATOR : CONSELHEIRO SUBSTITUTO ISAÍAS LOPES DA CUNHA

PARECER Nº 741/2017

REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA.
EXERCÍCIOS DE 2015/2016. PREFEITURA
MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE.
APONTAMENTOS RELATIVOS A NÃO
RETENÇÃO, RECOLHIMENTO E
CONTABILIZAÇÃO DE TRIBUTOS.
MANIFESTAÇÃO PELO CONHECIMENTO,
TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DOS
REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE PREVISTOS
NO REGIMENTO INTERNO. NO MÉRITO, PELA
PROCEDÊNCIA COM RESSARCIMENTO AO
ERÁRIO, MULTAS E DETERMINAÇÕES.

1. RELATÓRIO

1. Trata-se os autos de **Representação de Natureza Interna - RNI¹** proposta pela Secretaria de Controle Externo, em face da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE**, em razão da não retenção de tributos, tendo como responsáveis os Srs. **JOÃO DA SILVA BALBINO** (Prefeito), **LAURA OLIVEIRA DE AMORIM** (Secretaria de Administração e Finanças), **EDIANNE DE OLIVEIRA FARIAS** (Contadora) e **SEAIR CRISTINA JORGE** (Contadora), conforme os seguintes apontamentos:

JOÃO DA SILVA BALBINO – Gestor/Ordenador de Despesas. Período: 01/01/2015 a 31/12/2015 e 01/01/2016 a 31/12/2016.

LAURA OLIVEIRA DE AMORIM – Secretaria de Administração e Finanças. Período: 01/01/2015 a 31/01/2015 – 01/01/2016 a 31/12/2016.

EDIANNE DE OLIVEIRA FARIAS – Contadora. Período: 01/01/2015 a

¹. Malote Digital n.182621/2017.



31/07/2015.

SEAIR CRISTINA JORGE – Contadora. Período: 03/08/2015 a 31/12/2015 - 01/01/2016 a 31/12/2016.

DB14. Gestão Fiscal/Financeira_Grave_14. Não retenção de tributos, nos casos em que esteja obrigado a fazê-lo, por ocasião dos pagamentos a fornecedores (art. 11 da Lei no 101/2000).

DA 06. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_06. Não-efetivação do desconto de contribuição previdenciária dos segurados (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal).

DA 07. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_07. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados a instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei no 2.848/1940).

CA 02. Contabilidade_Gravíssima_02. Não-apropriação da contribuição previdenciária do empregador (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

DA 05. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador a instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

2. Em sede de **juízo de admissibilidade**², o e. Conselheiro Relator, admitiu a presente RNI, determinando-se a citação dos responsáveis.

3. Devidamente citados, apenas a Sra. Edianne de Oliveira Farias apresentou suas justificativas³. Os demais responsáveis deixaram de apresentar defesas⁴, tendo sido declarados revéis⁵.

4. A **Secretaria de Controle Externo** manifestou, em sede de **Relatório Conclusivo**⁶, pela procedência desta RNI.

5. Vieram, então, os autos para análise e parecer Ministerial.

6. É o sucinto relatório dos fatos e do direito.

2. FUNDAMENTAÇÃO

². Decisão n. 191244/2017.

³. Documento Digital nº 224080/2017.

⁴. Informação n. 312734/2017.

⁵. Decisão Singular n. 321405/2017.

⁶. Documento Digital n. 23629/2018.



2.1. Admissibilidade

7. Cumpre mencionar o acerto da decisão do Relator ao admitir a presente RNI, uma vez que estão presentes os seus requisitos de admissibilidade, tendo sido formalizada em **linguagem clara e compreensível**, sobre **matéria** de competência desta Corte de Contas (retenção de tributos), apontando-se **fatos** (não recolhimento de valores devidos ao erário) e suas **evidências** (pagamentos de despesas públicas sem o devido recolhimento), **responsáveis** (Prefeito, Secretária de Administração e Contadores) e **períodos** (exercícios 2015/2016) em que teriam ocorrido (art. 219 c/c art. 225 do RI TCE/MT), pela **equipe técnica** (art. 224, II, “a” do RI TCE/MT).

8. Ademais, o Tribunal de Contas dispõe de meios eficazes para fiscalizar irregularidades/ilegalidades que ocorram no âmbito da Administração Pública, tanto com informações prestadas pelos órgãos oficiais de imprensa, pelos sistemas informatizados do Tribunal, quanto pelas auditorias e inspeções, efetuando, dessarte, o controle de atos viciados e obstando futuros e maiores danos ao erário.

9. Diante disso, o **Ministério Público de Contas** corrobora com o **conhecimento** da presente representação.

2.2 Preliminar de Revelia

10. Compulsando os autos, verifica-se o acerto na decisão⁷ do e. Relator que declarou a revelia dos responsáveis citados, senão veja-se:

(...)

III - Dispositivo

Ante o exposto, com fundamento nos artigos 6º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 e 140, § 1º da Resolução Normativa nº 14/2007, **DECIDO declarar revel o Sr. João da Silva Balbino, a Sra.**

⁷. Decisão Singular n. 321405/2017.



Laura Oliveira de Amorim e a Sra. Seair Cristina Jorge.

11. É que, segundo o art. 140, § 1º, RI do TCE/MT, decorrido o prazo sem manifestação dos responsáveis, deve ser aplicada a pena de revelia, senão veja-se:

Art. 140. Instruídos os processos e apontada qualquer irregularidade que comprometa a apreciação ou julgamento do feito, o relator concederá prazo para manifestação do responsável ou interessado.

§ 1º. Decorrido o prazo sem a manifestação do interessado ou responsável regularmente citado ou notificado, este será declarado revel para todos os efeitos, através de julgamento singular, prosseguindo o trâmite normal do feito. grifou-se

12. Assim, concorda-se com a decretação de revelia.

2.3. Do Mérito

13. É cediço que os pagamentos a prestadores de serviços do Poder Público devem ser precedidos de retenções obrigatórias de tributos, até porque constituem **requisitos essenciais** da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e **efetiva arrecadação** de todos os tributos de competência constitucional do ente da Federação (art. 11, LC n. 101/2000 – LRF).

14. Compulsando os autos, verifica-se que os responsáveis deixaram de **reter, recolher e contabilizar** os seguintes tributos, em prejuízo ao erário no seguinte montante⁸:

⁸. Relatório Técnico – documento digital n. 23629/2018, págs. 12/13.



Resumindo conclui-se que os Responsáveis devidamente nominado e identificado, deverão **recolher** aos cofres municipais de **forma solidaria** os valores pertencente ao Município conforme a seguir:

ANO	ISSQN	IRRF
2015	26.435,09	73.386,41
2016	14.181,41	37.018,80
TOTAL	40.616,50	110.405,21

Abaixo demonstramos os valores que deverão ser regularizado junto aos Órgãos Federais de **forma solidários**:

ANO	INSS – PATRONAL	INSS – EMPREGADO
2015	105.740,37	29.225,47
2016	56.725,60	24.891,94
TOTAL	162.465,97	54.117,41

15. As condutas **omissivas** foram assim classificadas:

JOÃO DA SILVA BALBINO – Gestor / Ordenador de Despesas.
Período: 01/01/2015 a 31/12/2015 e 01/01/2016 a 31/12/2016.

Conduta: Não efetuar retenção, recolhimento/pagamento de contribuição previdenciária **INSS Empregado/Patronal** sobre pagamentos efetuados à diversos prestadores de serviços, no exercício de 2015 e 2016.

Nexo de Causalidade: A ausência de pagamento de contribuições previdenciárias **INSS Empregado/Patronal** sobre pagamentos efetuados a diversas Pessoas Física resultou na constituição de um passivo previdenciário para o município.

Culpabilidade: Infringência às boas práticas de gestão; às normas legais, regulamentares, orçamentárias, financeiras e patrimoniais.

LAURA DE OLIVEIRA AMORIM – Secretaria de Administração e Finanças.

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015 – 01/01/2016 a 31/12/2016.

Conduta: Não efetuar retenções, recolhimento/pagamento de contribuição previdenciária **INSS Segurados/Patronal** sobre pagamentos efetuados pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste-MT para prestadores de serviços diversos, no exercício de 2015 e 2016.

Nexo de Causalidade: A ausência de retenções das contribuições previdenciárias **INSS Segurados/Patronal** sobre pagamentos efetuados à prestadores de serviços diversos, resultou na constituição de um passivo



previdenciário para o município.

Culpabilidade: Infringência às boas práticas de gestão; às normas legais, regulamentares, orçamentárias, financeiras e patrimoniais.

EDIANNE DE OLIVEIRA FARIAS – Contadora. Período: 01/01/2015 a 31/07/2015

Conduta: Deixar de contabilizar as contribuições previdenciárias **INSS Patronal e Empregado** sobre pagamentos efetuados pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste para prestadores de serviços diversos - pessoa física, no exercício de 2015.

Nexo de Causalidade: A ausência de contabilização das contribuições previdenciárias **INSS Patronal/Empregado** sobre pagamentos efetuados, resultou na apresentação de uma demonstração contábeis contrária as Normas Brasileira de Contabilidade.

Culpabilidade: É razoável afirmar que era possível o responsável identificar a ilicitude do ato que praticara e que era exigível conduta diversa daquela que ele adotou, pois deveria ter retido e contabilizado as Contribuições devidas.

SEAIR CRISTINA JORGE – Contadora. Período: 03/08/2015 a 31/12/2015 - 01/01/2016 a 31/12/2016.

Conduta: Deixar de contabilizar as contribuições previdenciárias **INSS Patronal e Empregado** sobre pagamentos efetuados pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste para prestadores de serviços – pessoa física, no exercício de 2015 e 2016.

Nexo de Causalidade: A ausência de contabilização das contribuições previdenciárias **INSS Patronal/Empregado** sobre pagamentos efetuados, resultou na apresentação de uma demonstração contábeis contrária as Normas Brasileira de Contabilidade.

Culpabilidade: É razoável afirmar que era possível o responsável identificar a ilicitude do ato que praticara e que era exigível conduta diversa daquela que ele adotou, pois deveria ter retido e contabilizado as Contribuições devidas.

16. Pois bem.

17. Inicialmente, verifica-se que a Contadora, Sra. **EDIANNE DE OLIVEIRA FARIAS**, apresentou defesa, pugnando-se pela improcedência desta RNI em relação a sua conduta, cujos argumentos não foram apreciados pela equipe técnica, o que poderia culminar com a nulidade deste processo, a indicar a necessidade de uma Diligência, para instrução complementar.



18. Todavia, compulsando os autos⁹, constata-se que assiste razão à defesa da contadora, dispensando-se, pois, a avaliação da equipe técnica.

19. É que os apontamentos se referem aos exercícios de 2015/2016, ocasião em que a responsável não mais trabalhava na prefeitura, pois, fora exonerada, a pedido, conforme Portaria n. 109/2014¹⁰:

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 109 - 2014

e 20 de Junho de 2014

"Dispõe exoneração, a pedido, de servidor do quadro efetivo, no âmbito da administração pública municipal, e da outras providências".

PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE - MATO GROSSO, o Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

RESOLVE:

www.diariomunicipal.com.br/amm-mt

⁹. Documento Digital n. 224080/2017.

¹⁰. Documento Externo n. 224080, págs. 9/10.



Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a servidora **EDIANNE DE OLIVEIRA FARIAS**, ocupante do cargo de Contadora, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda e Finanças.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação.

Artigo 3º. Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 20 de Junho de 2014.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dejair Roberto Iiu Junior
Código Identificador:FEDB08D4

20. Assim, improcedem os apontamentos em relação à Sra. **EDIANNE DE OLIVEIRA FARIAS**.

21. Permanecem, por outro lado, as irregularidades relativas aos demais responsáveis, em conformidade com o disposto no Relatório Técnico de Auditoria (Documento Digital n. 23629/2018).

22. De acordo com o levantamento realizado pela Secex, no **exercício de 2015**, houve pagamento à pessoa física no montante de R\$ 528.701,84 a título de prestação de serviços diversos e, no **exercício de 2016**, houve pagamento no valor de R\$ 283.628,02 à pessoa física sob o mesmo título.

23. Porém, ao analisar a retenção e pagamento do INSS, IRRF e ISSQN, impostos que deveriam ser retidos na fonte pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, a Secex identificou a ausência de recolhimento, o que caracterizou diversas irregularidades já elencadas no relatório deste parecer.



24. Conforme demonstra o Anexo I do Relatório Preliminar e Conclusivo, os quais apresentam demonstrativo dos impostos devidos em **2015** especificado por prestador de serviço pessoa física, deveria ter sido retido aos cofres municipais o valor de **R\$ 26.435,09 referente ao ISSQN** e **R\$ 73.386,41 referente ao IRRF**, porém não há comprovação de recolhimento desses valores.

25. Com relação ao **INSS**, deveria ser retido e recolhido o valor de **R\$ 29.225,47 referente a contribuição do segurado/prestador de serviço** e **R\$ 105.740,37 referente a contribuição patronal**.

26. Relativamente a contribuição do segurado/prestador de serviço ao INSS, o Anexo I demonstra que houve retenção de apenas parte do valor devido. Foi retido R\$ 15.152,80, **faltando R\$ 14.072,67** para completar o total de R\$ 29.225,47, portanto¹¹.

27. Segue parte final da tabela elaborada pela Secex demonstrando os valores devidos em 2015:

Fonte: Relatório Técnico Conclusivo – Doc. Digital nº 23629/2017 – página 22.

¹¹ Descrição da irregularidade DA06 à página 6 do relatório técnico conclusivo – Doc. Digital nº 23629/2018.



DATA	Empenho	Credor	Empenhado	Liquidado	INSS Retido	Valor Pago	IMPOSTO NÃO CONSIDERADO NO PAGAMENTO			
							INSS devido empregado	INSS Patronal	ISSQN	IRRF
		MATOS								
19/11/15	003974/2015	RONY MILITAO DA ROCHA	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00	180,00	400,00	100,00	0,00
08/12/15	004191/2015	MARIA ROSA DE SOUZA	2.400,00	2.400,00	264,00	2.136,00	264,00	480,00	120,00	17,40
09/12/15	004205/2015	DJALMA DE ARRUDA FERREIRA	2.400,00	2.400,00	264,00	2.136,00	264,00	480,00	120,00	17,40
17/12/15	004225/2015	THAYNA DE SOUZA BELEM	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	396,00	720,00	180,00	125,80
21/12/15	004238/2015	PEDRO CONRADO DA SILVA	2.515,39	2.515,39	0,00	2.515,39	276,69	503,08	125,77	25,10
TOTAL			541.802,64	528.701,84	15.152,80	503.251,23	29.225,47	105.740,37	26.435,09	73.386,41

28. Quanto ao **exercício de 2016**, conforme demonstra o Anexo II do Relatório Preliminar e Conclusivo, deveria ter sido retido aos cofres municipais o valor de **R\$ 14.181,41 referente ao ISSQN** e **R\$ 37.018,80 referente ao IRRF**, porém não há comprovação de recolhimento desses valores.

29. Relativamente ao **INSS**, deveria ser retido e recolhido o valor de **R\$ 24.891,94 referente a contribuição do segurado/prestador de serviço** e **R\$ 56.725,60 referente a contribuição patronal**.

30. Ressalta-se, porém, quanto a contribuição do segurado/prestador de serviço ao INSS, que o Anexo II demonstra que houve retenção de R\$ 21.506,23, **faltando R\$ 3.385,71** para completar o total de R\$ 24.891,94, portanto¹².

31. Assim como ilustrado quanto ao exercício de 2015, segue parte final da tabela elaborada pela Secex demonstrando os valores devidos com relação ao exercício de 2016:

¹² Descrição da irregularidade DA06 à página 6 do relatório técnico conclusivo – Doc. Digital nº 23629/2018.



DATA	Nº EMPENHO	CREDOR	EMPENHADO	LIQUIDADO	INSS – RETIDO	VALOR PAGO	IMPOSTO NÃO CONSIDERADO NO PAGAMENTO			
							INSS- DEVIDO Empregad o	INSS- PATRONA L	ISSQN	IRRF
		PRADO								
22/12/16	003591/2016	LUIZ HENRIQUE PAROLIN	1.470,00	1.470,00	161,70	1.308,30	117,60	294,00	73,50	0,00
18/11/16	003914/2016	RONE MILITÃO DA ROCHA	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00	160,00	400,00	100,00	0,00
22/11/16	004089/2016	EDINO FERREIRA DA SILVA	2.625,00	2.625,00	0,00	2.625,00	288,75	525,00	131,25	32,42
10/11/16	004076/2016	ELIETE DE SOUZA DA SILVA	2.970,00	2.970,00	0,00	2.970,00	326,70	594,00	148,50	55,45
11/11/16	004075/2016	ATAILTON FEREIRA DOS	3.060,00	3.060,00	0,00	3.060,00	336,60	612,00	153,00	61,46
TOTAL			410.354,02	283.628,02	21.506,23	305.872,49	24.891,94	56.725,60	14.181,41	37.018,80

Fonte: Relatório Técnico Conclusivo – Doc. Digital nº 23629/2017 – página 26.

32. Assim, manifesta-se pela aplicação de **multa** para cada irregularidade e responsável, Sr. João da Silva Balbino, Sra. Laura Oliveira de Amorim e Sra. Seair Cristina Jorge, em conformidade com o disposto no art. 286, III, do RI do TCE/MT¹³, já que os apontamentos violaram gravemente a legislação financeira e tributária ante a não retenção, recolhimento e contabilização de valores dispendidos pelo erário, segundo a conduta omissiva de cada responsável.

33. Manifesta-se, ainda, pela **condenação solidária**¹⁴ dos responsáveis ao ressarcimento ao erário, com recursos próprios:

a) de R\$ 40.616,50 referente ao ISSQN não retido na fonte

¹³. RI do TCE/MT: Art. 286. Nos termos das disposições do Capítulo IX do Título II da Lei Complementar Estadual nº 269/2007, o Tribunal Pleno, as Câmaras ou o julgador singular poderão, em cada processo, aplicar multa de até 1.000 (mil) vezes o valor da Unidade Padrão Fiscal de Mato Grosso - UPF/MT ou outra que venha a sucedê-la, a cada responsável por: (...) II. infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

¹⁴. RI do TCE/MT: Art. 194. As contas serão julgadas irregulares quando comprovadas quaisquer das seguintes ocorrências: (...) II. **Dano ao erário, mesmo que culposos**, decorrente de ato de gestão ilegal ou ilegítimo; (...) Art. 195. Nas hipóteses dos incisos II, III e IV, do artigo anterior, a responsabilidade será pessoal, podendo, para fins de ressarcimento de valores ao erário, **ser declarada a responsabilidade solidária do terceiro** que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo haja concorrido para o cometimento do dano apurado. grifou-se



(R\$ 26.435,09 em 2015 e R\$ 14.181,41 em 2016);

b) de R\$ 110.405,21 referente ao IRRF não retido na fonte (R\$ 73.386,41 em 2015 e R\$ 37.018,80 em 2016);

c) de R\$ 17.458,38 referente a contribuição do segurado/prestador de serviço (R\$ 14.072,67 concernente ao valor faltante em 2015 e R\$ 3.385,71 concernente ao valor faltante em 2016).

34. Considerando a condenação à restituição de valores ao erário, sugere, ainda, a **aplicação de multa proporcional ao dano** aos responsáveis, conforme art. 72 da Lei Orgânica do TCE/MT (Lei Complementar nº 269/2007) c/c o art. 287, do Regimento Interno do TCE/MT (Resolução Normativa nº 14/2007) e art. 7º da Resolução Normativa nº 17/2016.

35. Quanto a contribuição patronal, semelhante à opinião exposta pela Secex, considerando que se trata de valor que deve ser recolhido pela própria unidade gestora, sugere-se a expedição de **determinação para que a atual gestão** realize o recolhimento de R\$ 162.465,97 (R\$ 105.740,37 de 2015 e R\$ 56.725,60 de 2016) referente a contribuição patronal não recolhida dos prestadores de serviços pessoas físicas em 2015 e 2016 (anexos I e II do relatório preliminar).

36. **Ressalta-se, porém, que os responsáveis apontados nestes autos, deverão arcar com os juros e multas decorrentes do atraso do recolhimento da contribuição patronal.**

37. Sendo assim, sugere **determinação** a atual gestão da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste para que realize a cobrança do ressarcimento dos juros e multas, suportados pelo município decorrente do recolhimento da contribuição patronal apontada, do Sr. João da Silva



Balbino, Sra. Laura Oliveira de Amorim e a Sra. Seair Cristina Jorge, os quais são responsáveis solidários pelo ressarcimento (Súmula nº 001/2015 TCE/MT¹⁵).

38. Salienta-se, por fim, que, considerando a ausência de defesa dos responsáveis, estes poderão, com a intimação da decisão a ser proferida por este Tribunal de Contas, comprovar o recolhimento dos impostos aqui apontados, situação em que as imputações em ressarcimento poderão ser afastados proporcionalmente ao recolhimento comprovado.

39. Portanto, em consonância com a equipe técnica, manifesta-se pela **procedência desta RNI**.

3. CONCLUSÃO

40. Desta forma, o **Ministério Público de Contas**, no uso de suas atribuições institucionais e em consonância com o posicionamento da Secretaria de Controle Externo, **manifesta-se:**

a) pelo **conhecimento** da Representação de Natureza Interna, uma vez que preenchidos os requisitos de **admissibilidade**, nos termos dos arts. 219, 224, II “a” e 225 do RITCE/MT;

b) pela concordância com a decretação de revelia dos responsáveis **Sr. João da Silva Balbino, a Sra. Laura Oliveira de Amorim e a Sra. Seair Cristina Jorge** (art. 140, §1º, RI do TCE/MT);

c) pelo **afastamento da responsabilidade da Sra. EDIANNE DE OLIVEIRA FARIAS**, já que não trabalhara na prefeitura na ocasião dos

¹⁵ **Súmula 001/2015-TCE/MT.** O pagamento de juros e/ou multas sobre obrigações legais e contratuais pela Administração Pública deve ser ressarcido pelo agente que lhe deu causa.



apontamentos;

d) pela condenação solidária dos responsáveis: Sr. João da Silva Balbino (Prefeito), Sra. Laura de Oliveira Amorim (Secretária de Administração) e Sra. Seair Cristina Jorge (Contadora), a ressarcirem os danos causados ao erário (art. 195 do RI do TCE/MT), com recursos próprios, as quantias de:

d.1) R\$ 40.616,50 referente ao ISSQN não retido na fonte (R\$ 26.435,09 em 2015 e R\$ 14.181,41 em 2016);

d.2) R\$ 110.405,21 referente ao IRRF não retido na fonte (R\$ 73.386,41 em 2015 e R\$ 37.018,80 em 2016);

d.3) R\$ 17.458,38 referente a contribuição do segurado/prestador de serviço (R\$ 14.072,67 concernente ao valor faltante em 2015 e R\$ 3.385,71 concernente ao valor faltante em 2016).

e) aplicação de multa proporcional ao dano ao Sr. João da Silva Balbino (Prefeito), Sra. Laura de Oliveira Amorim (Secretária de Administração) e Sra. Seair Cristina Jorge (Contadora), conforme art. 72 da Lei Orgânica do TCE/MT (Lei Complementar nº 269/2007) c/c o art. 287, do Regimento Interno do TCE/MT (Resolução Normativa nº 14/2007) e art. 7º da Resolução Normativa nº 17/2016.

f) pela aplicação das seguintes multas (art. 286, II, RI do TCE/MT): f.1) Sr. João da Silva Balbino (Prefeito), que não efetuou o a retenção, recolhimento e pagamento de contribuição previdenciária INSS Patronal e Empregado a diversos prestadores de serviços nos exercícios de 2015/2016; f.2) Sra. Laura de Oliveira Amorim (Secretária de Administração), que não efetuou a retenção, recolhimento e pagamento de



contribuição previdenciária INSS Patronal e Empregado a diversos prestadores de serviços nos exercícios de 2015/2016; **f.3) Sra. Seair Cristina Jorge (Contadora)**, que deixou de contabilizar as contribuições INSS Patronal e Empregado para prestadores de serviços, pessoa física no exercício de 2015 e 2016;

g) pela **determinação legal** (art. 22, §2º, da LOTCE/MT) à atual gestão da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste para que:

g.1) realize o recolhimento de R\$ 162.465,97 (R\$ 105.740,37 de 2015 e R\$ 56.725,60 de 2016) referente a contribuição patronal não recolhida dos prestadores de serviços pessoas físicas em 2015 e 2016 (anexos I e II do relatório preliminar);

g.2) efetue a cobrança do ressarcimento dos juros e multas, suportados pelo município decorrente do recolhimento da contribuição patronal apontada, do Sr. João da Silva Balbino, Sra. Laura Oliveira de Amorim e a Sra. Seair Cristina Jorge, os quais são responsáveis solidários pelo ressarcimento (Súmula nº 001/2015 TCE/MT¹⁶).

É o Parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 16 de março de 2018.

(assinatura digital¹⁷)
ALISSON CARVALHO DE ALENCAR
Procurador-geral Substituto de Contas

¹⁶ **Súmula 001/2015-TCE/MT.** O pagamento de juros e/ou multas sobre obrigações legais e contratuais pela Administração Pública deve ser ressarcido pelo agente que lhe deu causa.

¹⁷ Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e da Resolução Normativa TCE/MT nº 09/2012.